



**XX Colóquio Internacional de Gestão Universitária - CIGU 2021**

*Universidade frente aos desafios da Pandemia:  
Cenários Prospectivos para a Gestão Universitária*

Evento virtual  
24 e 25 de novembro de 2021  
ISBN: 978-85-68618-08-0



## **“A INTERNACIONALIZAÇÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19”**

**SABRINA BORGES RAMOS DE CARVALHO**

Universidade Federal de Santa Catarina

[sabrinatls@hotmail.com](mailto:sabrinatls@hotmail.com)

**FERNANDA GEREMIAS LEAL**

Universidade Federal de Santa Catarina

[fernanda.leal@ufsc.br](mailto:fernanda.leal@ufsc.br)

**CARLA CRISTINA DUTRA BÚRIGO**

Universidade Federal de Santa Catarina

[carla.burigo@ufsc.br](mailto:carla.burigo@ufsc.br)

### **RESUMO**

A pandemia da Covid-19 exigiu a reorganização de práticas nas diferentes instituições que compõem a estrutura social, entre elas a universidade. Nas universidades federais brasileiras, integrou-se a uma crise estrutural mais ampla e desafiou, entre outros aspectos, as estratégias de inserção internacional. Sendo a internacionalização da educação superior um dos fatores que mais tem afetado a educação superior no mundo e que adquiriu crescente abrangência e intencionalidade na gestão universitária pública federal, o presente ensaio tem como objetivo refletir sobre a interfase do processo da internacionalização das universidades federais brasileiras no contexto da Pandemia da Covid-19. Para tanto, desenvolve-se uma análise da conjuntura mais ampla na qual essas instituições se encontram. Argumenta-se que o contexto da pandemia da Covid-19 reforça a demanda por formas mais cooperativas de engajar-se internacionalmente e interculturalmente na educação superior, por meio de ações explicitamente alinhadas com esforços mais amplos de justiça social.

**Palavras-chave:** Educação superior. Internacionalização. Covid-19.

## 1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A internacionalização da educação superior é um dos fatores que mais tem afetado a educação superior no mundo (KNIGHT; DE WIT, 2018). No Brasil – onde a redemocratização induziu o país a projetar-se internacionalmente e a assumir relevante papel de interlocutor entre as grandes e pequenas potências como agente promotor da colaboração internacional (AVEIRO, 2015; STALLIVIERI, 2017) – o processo adquiriu conotações mais expressivas na gestão universitária pública federal a partir de 2012, com o programa Ciência sem Fronteiras (CsF), e, sobretudo, em 2018, com o Programa Institucional de Internacionalização (Capes-PrInt). Este último programa impulsionou o desenvolvimento de planos institucionais de inserção internacional e a adequação de estruturas para atender às iniciativas propostas (LEAL, 2020; KNOBEL et al., 2020). Portanto, no domínio das universidades públicas federais a internacionalização tornou-se mais intencional e sistemática (DE WIT et al., 2015), em conformidade com aquilo que Hudzik (2011) denominou “imperativo institucional” (HUDZIK, 2011).

A pandemia da Covid-19 exigiu a mobilização e a reorganização de práticas nas diferentes instituições que compõem a estrutura social, entre elas a universidade (SANTOS; LEAL; BÚRIGO, 2021). Nas universidades federais brasileiras, integrou-se a uma crise estrutural mais ampla (SOUSA SANTOS, 2020), que envolvia, entre outros aspectos, cortes orçamentários e ameaças à autonomia administrativa. Desse cenário, pode-se inferir que também as estratégias de inserção internacional foram desafiadas. Assim, se faz condizente perguntar: Qual a interfase do processo da internacionalização das universidades federais brasileiras no contexto da Pandemia?

Tendo em vista esse questionamento, o objetivo deste ensaio é refletir sobre a interfase do processo da internacionalização das universidades federais brasileiras no contexto da Pandemia da Covid-19. Para tanto, torna-se primordial a análise da conjuntura mais ampla na qual essas instituições se encontram. A base metodológica para o desenvolvimento do ensaio foi a consulta a produções acadêmicas que abordavam concepções de gestão pública, universidade e internacionalização. O ensaio foi organizado da seguinte forma: Após estas considerações iniciais, aborda: i) a gestão pública; ii) as universidades e sua internacionalização; e iii) a internacionalização das universidades no contexto da pandemia da Covid-19. Na sequência, expõe as considerações finais.

## 2 GLOBALIZAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

A globalização, conforme definida por Santos (2006), é o ápice do processo de internacionalização do mundo capitalista. Como período, suas variáveis características se instalam em toda parte e a tudo influenciam, direta ou indiretamente. Como crise, as mesmas variáveis construtoras do sistema se chocam e exigem novas definições e novos arranjos. Santos (2006) considera que nos encontramos em um novo patamar de internacionalização, com uma verdadeira “mundialização da informação”, pois em nenhum país houve completa internacionalização, e sim é diversas combinações e formas de mundialização.

Para Sousa Santos (2011, p. 53), longe de ser consensual, a globalização “é um vasto e intenso campo de conflitos entre grupos sociais, Estados e interesses hegemônicos, por um lado, e grupos sociais, Estados e interesses subalternos, por outro”. O campo hegemônico, composto pelos Estados que constituem o núcleo do sistema mundial, impõe determinadas características aos demais, relativas principalmente às políticas mundiais de desenvolvimento e ao papel do Estado na Economia, que se legitimam como as únicas possíveis ou adequadas.

O embasamento teórico sobre a internacionalização da educação superior está sob uma concepção complexa, com uma diversidade de termos relacionados à universidade e ao

conhecimento, tais como: globalização, transnacionalização, educação internacional, políticas educacionais, cooperação internacional, educação comparada, entre outros (SGUISSARDI, 2005; MOROSINI, 2006). As denominadas interdependências planetárias e globalização são os principais fenômenos do século XXI e que exigem uma reflexão abrangente sobre o papel e as estruturas das organizações internacionais, que envolvem áreas da educação e da cultura (UNESCO, 2010).

A globalização – que enfatiza a circulação de bens, serviços, dinheiro, tecnologias, informações, conhecimentos, pessoas e culturas – é considerada um processo que impacta os diversos setores da economia, entre eles a educação, sendo que o sistema acadêmico internacional sofre pressão de adaptação frente às novas circunstâncias. Ignorar tais tendências tende a ser percebido como um risco à sobrevivência das instituições e dos sistemas, visto que a difusão da propriedade intelectual em consonância com os padrões mundiais justifica o epíteto de sociedade moderna para a “sociedade do conhecimento” (MOROSINI, 2006; SGUISSARDI, 2005). Com a redemocratização no Brasil e a globalização no contexto mundial, o país ganha projeção e tende a assumir relevante papel de interlocutor entre as grandes e pequenas potências como agente promotor da cooperação internacional (AVEIRO, 2015; STALLIVIERI 2017).

No que abarca a educação superior, Morosini (2006) argumenta que o formalismo e a dependência de políticas estatais são entraves para a autonomia no ensino. As universidades sofrem também as determinações do mercado mundial de trabalho e o processo de globalização está sobreposto às características da educação, com determinações advindas de organismos internacionais multilaterais. Outros atores complementam que a presença da perspectiva globalizada na educação superior é geralmente associada à propagação de políticas supranacionais, nacionais e institucionais de mercado livre; ao desinvestimento estatal massivo nas universidades públicas; bem como à privatização e à (des)regulação dos serviços educacionais (SOUSA SANTOS, 2011; RUBIÃO, 2013; DIAS, 2017). Para atingir e manter esforços no alcance de níveis de qualidade nacional, regional ou internacional, alguns componentes são particularmente relevantes, como as metodologias do processo de ensino e aprendizagem, obtidas também mediante a mobilidade entre países, instituições de educação superior e o mundo do trabalho.

## **2.1 Gestão pública na educação superior**

A economia global é identificada pela sua independência, regionalização e segmentação excludente. Diferentes ministérios e órgãos compostos por níveis administrativos que se estendem do sistema de educação superior às instituições universitárias corporificam o aparato governamental com suas políticas educacionais, como parte do conjunto de políticas públicas sociais no movimento regulatório. A universidade se encontra entre o Estado e suas políticas públicas, as ameaças da globalização e os presságios da internacionalização, sendo esses desafios impostos por inúmeras restrições financeiras-econômicas (CABRAL NETO; CASTRO, 2012; FRANCO; MOROSINI, 2005).

A ciência da política pública é o estudo das disciplinas que explicam a relação entre a elaboração da política (*policy-making*) e o seu processo de execução (*policy-executing process*), buscando fornecer informações e interpretações relevantes para os problemas político-sociais em determinado período (LASSWELL; LERNER, 1951). A concepção de políticas públicas engloba um conjunto de ações, decisões e incentivos que interagem de forma a alterar uma realidade em resposta a demanda dos interesses envolvidos. São ações “desencadeadas por atores que lidam com determinado problema público” e desenvolvidas por intermédio do processo político (RODRIGUES, 2010, p. 52).

No período atual do século XXI, as mudanças sociais, culturais e econômicas demandam dos gestores um olhar diferenciado para a administração pública nos requisitos de

análise e implementação global pela inovação. Já as políticas educacionais estão intrinsicamente ligadas às decisões do governo, que incidem no ambiente de ensino e aprendizagem. Assim, as reformas que atingem as instituições universitárias decorrem das influências das ações internacionais e, mais diretamente, das políticas dos órgãos governamentais regionais, resultando na construção de políticas educacionais como a internacionalização das universidades federais brasileiras (HOCHGERNER, 2012; KRAWCZYK, 2008; PUIATI; SANDRI, 2008).

Os agentes públicos tendem a ser impelidos a encontrar novas e inovadoras formas de alcançar resultados para diferentes solicitações de serviços baseados nas perspectivas públicas. Entre os desafios enfrentados pelos representantes das ações públicas pode-se mencionar: reestruturar os moldes burocráticos, redefinir missões organizacionais, agilizar processos e descentralizar a tomada de decisões. Uma perspectiva da universidade pública relaciona a educação vista pelo Estado não como um gasto público e sim como um investimento social de política de direito com o Estado como seu mantenedor. No entanto, a heteronomia é visível nas áreas de pesquisas básicas, no qual o vínculo com objetos e métodos acadêmicos com grandes centros pesquisadores dos países que detém hegemonia econômica sinalizam que as universidades públicas se tornam um peso para o Estado. Para que haja autonomia universitária com caráter público e democrático – nos termos de Rubião (2013), “autonomia condicionada à sociedade”, segundo um paradigma de emancipação social –, argumenta-se que as universidades devem recuperar o poder e a iniciativa de definir suas próprias linhas de pesquisas e prioridades, assim como incentivar o intercâmbio com universidades do país e estrangeiras, de modo a permitir formações com diferentes especificidades regionais, nacionais e linhas de trabalhos internacionais (CHAUÍ, 2003; DENHARDT; DENHARDT, 2000).

A política governamental do Brasil tende a criar mecanismos para o alcance de objetivos econômicos-políticos que possibilitem a inserção do País na ordem mundial por meio da cooperação e alianças, principalmente com a América Latina (KRAWCZYK 2008; MOROSINI, 2006). Os governos, empresas, instituições e a sociedade concebem o estudo como grande diferencial para objetivar a ascensão do futuro. Com a crescente valorização do conhecimento, as empresas internacionalmente competitivas passam a identificar os centros acadêmicos reconhecidos como de excelência, que fomentam pesquisa e formam profissionais inteirados no mercado global, com elevadas as chances de sucesso profissional (LIMA; MARANHÃO, 2009). Lima e Maranhão (2009), com uso dos conceitos de “internacionalização ativa” e “internacionalização passiva”, consideram que os sistemas de educação dos países centrais promovem interesse em acolher estudantes, enquanto os países periféricos necessitam enviar parte dos acadêmicos para estudos e desenvolver pesquisas em centros acadêmicos notabilizados, a educação internacional caminha em direção a uma outra globalização em busca do conhecimento universal. Assim, para as autoras, tais conceitos se relacionam à existência de atores hegemônicos e hegemonzados na educação superior internacional, cujos posicionamentos resultam de longos processos históricos e incluem uma dimensão subjetiva.

O ensino da graduação no Brasil é controlado pelo Estado “desde o processo de autorização e reconhecimento de uma instituição, credenciamento de cursos, adequação às diretrizes curriculares dos cursos, implantação e execução do processo de avaliação até o reconhecimento de títulos e diplomas realizados no exterior” (MOROSINI, 2006, p.108). A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) (CCS/CAPES, 2017) aporta a internacionalização nas universidades federais brasileiras como um processo necessário e inerente aos desafios de uma sociedade globalizada. Por exemplo, em seu VI Plano Nacional de Pós-Graduação (PNPG), dedica um capítulo exclusivo à internacionalização, no qual apresenta uma clara proposta de participação do país nos grandes blocos capitalistas por vias da implementação de parcerias entre universidade, Estado e empresas (PAIVA; BRITO, 2019).

Em síntese, a internacionalização no contexto das universidades federais brasileiras engloba políticas e programas de governo, com sistemas e subdivisões acadêmicas voltadas a lidar com os diversos aspectos que caracterizam a globalização. Por conseguinte, a aproximação do Estado com a universidade se faz por vias da definição de políticas públicas de fomento à pesquisa e de projetos conjuntos, para os quais a gestão universitária pública é pressionada a se direcionar. Contudo, Sousa Santos (2020) nos traz a interpretação de que os Estados e demais instituições sujeitadas à lógica produtivista do capital estão sem capacidade efetiva para responderem eficazmente a situações de emergência como a crise humanitária ocasionada pela pandemia da Covid-19, o que suscita reflexões a respeito da internacionalização da educação superior no contexto das universidades federais brasileiras.

## 2.2 Universidades e a internacionalização

No mundo cada vez mais interdependente, a cooperação entre nações é um recurso compreendido como necessário. A natureza internacional nas universidades advém desde a Idade Média, quando houve a formação das primeiras escolas europeias. Tais escolas eram denominadas *Universitas* e se envolviam o deslocamento de estudantes e professores de diferentes localidades em busca de conhecimento e valor educativo próprio (AVEIRO, 2015; STALLIVIERI, 2017).

Segundo a leitura de Haskins (2015), foi somente nos séculos XII e XIII que realmente surgiram no mundo características da educação organizada, com mecanismos de instrução representados por faculdades, colégios, cursos, exames, formaturas e graus acadêmicos. Entre os anos 1100 e 1200, entretanto, houve um grande fluxo de novos conhecimentos para a Europa Ocidental. Esses novos conhecimentos ultrapassaram os limites das escolas catedrais e monacais, e deram origem às faculdades superiores de teologia, direito e medicina. Dessa forma, engendrou em Paris e Bolonha as corporações acadêmicas que nos deram a primeira e melhor definição de caracteriza uma universidade.

A legitimidade da universidade moderna, segundo Chauí (2003), fundou-se sobretudo após a Revolução Francesa, sendo concebida como uma instituição republicana e, portanto, pública e laica. A partir das revoluções sociais do século XX e com as lutas sociais e políticas desencadeadas a partir delas, a educação e a cultura passaram a ser concebidas como constitutivas da cidadania, fazendo com que, além da vocação republicana, a universidade se tornasse também uma instituição social inseparável da democratização do saber. Tomada sob a perspectiva operacional, a universidade pública se insere em um desejo de modernização acrítico, pouco reflexivo, alinhado com as ideias apresentadas com crescente insistência pelos organismos internacionais que subsidiam e subvencionam a universidade pública. Segundo essa concepção, a universidade consiste em um empreendimento econômico, com serviços e produtos comercializáveis e cujos valores, lógicas e instrumentos devem ser transplantados do mundo dos negócios (DIAS, 2017).

Um marco da influência da dimensão internacional nas universidades é a instituição de reformas curriculares voltadas à harmonização de políticas de educação superior em nível regional e a inclusão do setor educacional como tema prioritário das agendas de integração, a exemplo do Processo de Bologna e da *European Higher Education Area* (EHEA), estabelecidos na União Europeia (AZEVEDO, 2014) a partir do comprometimento dos países signatários em promover reformas dos seus sistemas de ensino (CHAUÍ, 2003; STALLIVIERI, 2017).

No estudo de Thiengo (2018) é possível verificar a dialética na qual as universidades estão inseridas, pois estão na arena pública, o que não significa um espaço plano e homogêneo. Tal espaço contempla situações de prova, momentos de incertezas e indeterminação, como revelam as perspectivas globais da educação superior. A concepção de Estado ampliado remete ao entendimento da unidade dialética entre Estado e sociedade civil, arena de relações

antagônicas e disputas por hegemonia, no conflito *versus* consenso pelos sistemas de controle e conformidade. Ademais, Thiengo (2018) ressalta que a teoria crítica deve influenciar a cultura popular a resistir política e ideologicamente aos interesses dominantes do Estado e do poder econômico, sendo essa uma concepção de universidade alinhada a um paradigma emancipatório, voltada à formação do cidadão político, reflexivo, com valores éticos (LEAL, 2020).

A principal demanda da sociedade global, para Stallivieri (2017), consiste no desenvolvimento de uma consciência global para conceitos de solidariedade e tolerância, ética e cidadania, promovendo e desenvolvendo a habilidade de comunicação intercultural voltadas para a mudança de pessoas internacionais preparadas para o futuro. Nessa linha, de Wit, Leal e Unangst (2020), reconhecem a imersão da educação superior global em um paradigma competitivo e orientado para a economia e reforçam a importância da busca por perspectivas de internacionalização explicitamente voltadas ao desenho de futuros cooperativos, sustentáveis e alternativos.

### **2.3 Internacionalização das universidades na Pandemia da Covid-19**

A internacionalização da educação superior é apontada pelos discursos dominantes como um valor universal do conhecimento e da formação, além de ser uma expressão voltada para a tendência de oferecer experiências internacionais aos seus cidadãos. Segundo a ideia de “internacionalização abrangente”, a internacionalização deve ser “um compromisso, confirmado por meio da ação, de infundir perspectivas internacionais e comparativas ao longo das missões de ensino, pesquisa e serviços da educação superior” (HUDZIK, 2011, p. 6). Nessa perspectiva, “trata-se de um imperativo institucional, não apenas de uma possibilidade desejável” (HUDZIK, 2011, p. 6). Ou seja, é um dever das universidades, viabilizado por meio da gestão do sistema de cooperação interinstitucional solidificado e fortalecido, com a existência de estratégias claras que abarquem a instituição universitária em sua totalidade e envolvam: viabilidade e integração da comunidade estrangeira; facilitação do estabelecimento da rede de professores no mundo; recursos financeiros e humanos disponíveis e focados nesta política pública; diminuição das barreiras linguísticas; sensibilização da comunidade acadêmica; fomento de oportunidades de mobilidade; formação de parcerias, convênios e programas de cooperação; abertura de oportunidades de trabalhos para egressos; incentivo à cultura solidária institucional; apoio necessário ao desenvolvimento do ensino, da pesquisa e extensão, bem como avaliação das ações de cooperação (PESSONI, 2018; STALLIVIERI, 2017).

No contexto das relações internacionais universitárias, as instituições promovem a internacionalização do *campus* almejando reconhecimento e visibilidade internacional, atraindo assim professores e pesquisadores renomados, como também estudantes de diversas partes do mundo. Em séculos recentes, um fator de destaque é a exportação de modelos educacionais para países semiperiféricos e periféricos e a internacionalização assume conotação política de colaboração internacional acadêmico-científica como meio de controle e expansão de poder político-econômico. Programas de “cooperação educacional”, exemplificados por meio de bolsas de estudos ou programas de formação, viabilizam a política externa com projetos de governos. Como Morosini (2006, p. 116) ressalta, “o mundo está se movendo na direção de internacionalizar educação superior usando as energias da academia e respondendo às necessidades do mercado”.

Bringel (2020) argumenta que o cenário da pandemia pode acelerar e consolidar mudanças geopolíticas que já vinham se precipitando durante a última década e, com isso, a brecha entre centro e periferia que costuma ser nefasta para os países do Sul. Sousa Santos (2020) complementa que os grupos sociais que compõem o Sul são aqueles para os quais as consequências da pandemia têm se manifestado de forma mais impiedosa. O autor faz argumenta que os grupos sociais mais vulnerabilizados, argumentando que eles se situam “ao

Sul da quarentena” não por força do acaso, mas por serem os principais alvos do permanente estado de crise em que o mundo, sujeitado à lógica do neoliberalismo e do setor financeiro, se encontra. Portanto, “a pandemia não é cega” (Sousa Santos, 2020, p. 7); tão somente agrava e explicita desigualdades latentes e historicamente constituídas.

As tendências reforçam que a ordem geopolítica vigente estará previsivelmente marcada por uma maior rivalidade no sistema interestatal e desconfiança entre atores políticos e econômicos, que poderá fortalecer o caos sistêmico (BRINGEL, 2020). No momento de crise da Covid-19, alude Bringel (2020) em que as tentativas de saída capitalista da crise se juntam ao crescente autoritarismo político, de modo que é essencial gerar amplas plataformas democráticas e transformadoras que articulem ativistas, cidadãos comprometidos e organizações sociais com vistas a impedir a destruição de ecossistemas e as múltiplas desigualdades tornadas visíveis. Para o autor, não há uma receita, mas sim uma multiplicidade de articulações que buscam reinventar a solidariedade transnacional e o internacionalismo militante, expandindo os horizontes futuros. Avançar nessa direção exigirá sacrifícios e mudanças drásticas, que vão do âmbito pessoal ao mais macro, envolvendo políticas que possibilitem o decréscimo de alguns setores.

Nesse ínterim, emerge a importância de tomar a internacionalização das universidades públicas federais brasileiras como elemento de análise, com vistas ao surgimento de novas questões teóricas e empíricas sobre possíveis novos modelos de gestão após a pandemia da Covid-19. Como Stallivieri (2020) observa, uma das principais respostas para superar a interrupção das atividades presenciais de mobilidade internacional tem sido a virtualização da internacionalização, por meio do *Virtual Exchange* – nome para designar programas educacionais que utilizam tecnologia para permitir a conexão geograficamente distantes de pessoas gerando interação, comunicação e desenvolvimento de habilidades globais.

A pandemia, no entanto, ressalta as desigualdades presentes no contexto da internacionalização. Segundo Stallivieri (2020), três lacunas significativas precisam ser consideradas: a lacuna digital, a lacuna linguística e a fragilidade das parcerias de cooperação internacional. Assim, os governos precisam trabalhar em conjunto com as universidades, valendo-se do conhecimento de alto nível de qualidade desenvolvido nessas instituições e do seu compromisso social. Nessa perspectiva, a pandemia pode ensinar a colocar em prática os concepções de co-trabalho, co-aprendizagem e co-produção de conhecimento no contexto da internacionalização (STALLIVIERI, 2020). Leal (2020), em referência à abordagem de Sousa Santos (2020), complementa que a cruel pedagogia do vírus – que revela a incapacidade das instituições sujeitadas à lógica do capital para responder às situações de emergência – transparece que talvez os aspectos mais negligenciados pela lógica do capitalismo universitário sejam justamente aqueles dos quais a sociedade em que essa instituição se integra mais depende no atual momento.

Para George Mwangi (LEAL, 2021, p. 13), a pandemia da Covid-19 é um “momento muito importante para repensar e reimaginar o que a internacionalização pode ser”, já que “tudo o que está acontecendo nos força a nos engajarmos na internacionalização de maneiras diferentes do que antes”. Internacionalização, na percepção da autora, deve ser um processo voltado ao alcance de um objetivo maior para a educação superior e o mundo, tais como: “maior aprendizado, maior acessibilidade, ampliação da participação na educação superior, retenção de alunos ou mitigação de desafios globais”. Não se trata, de forma alguma, de enviar alunos para o exterior.

Tais reflexões revelam a importância de, no contexto da pandemia da Covid-19, pensar a internacionalização da educação superior de uma perspectiva problematizadora. Trata-se de um momento que demanda formas mais cooperativas de engajar-se internacionalmente e interculturalmente na educação superior, por meio de ações explicitamente alinhadas com esforços mais amplos de justiça social, sobretudo no Brasil, onde iniciativas de

internacionalização estiveram historicamente submetidas aos interesses desenvolvimentistas do Governo e sustentadas pelo seu ímpeto de participar do mercado mundial capitalista.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente ensaio teve como objetivo refletir sobre a interfase do processo da internacionalização das universidades federais brasileiras no contexto da Pandemia da Covid-19. Para tanto, desenvolveu-se uma análise da conjuntura mais ampla na qual essas instituições se encontram.

Com o intuito de aumentar a visibilidade, a socialização e a inclusão do conhecimento produzido no Brasil para o cenário internacional, e assim, ampliar a interatividade com o resto do mundo por meio de pesquisa; as universidades públicas federais brasileiras, impulsionadas pelas políticas transnacionais e nacionais, têm se voltado cada vez mais para a internacionalização. Destarte, Sousa Santos (2020) retoma o debate acerca de quais circunstâncias melhor possibilitam conhecer a verdade e a qualidade das instituições de uma dada sociedade: as de normalidade ou as de crise. Tratando especificamente da crise em evidência, o autor questiona: “Que potenciais conhecimentos decorrem da pandemia do coronavírus?” (SOUSA SANTOS, 2020, p. 5).

Dado que a internacionalização das universidades federais brasileiras é cada vez mais considerada como um “imperativo institucional” (LEAL, 2020) – simultaneamente, necessidade e estratégia, processo e imposição – esse fenômeno merece ser pesquisado e debatido. O contexto da pandemia da Covid-19 reforça a demanda por formas mais cooperativas de engajar-se internacionalmente e interculturalmente na educação superior, por meio de ações explicitamente alinhadas com esforços mais amplos de justiça social. Assim, para pesquisas futuras, sugere-se o aprofundamento do entendimento das ações de internacionalização em curso e sua interfase nos cenários de pandemia e pós-Pandemia.

### REFERÊNCIAS

AVEIRO, T. M. M. O Papel da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) Na Cooperação Brasileira Para O Desenvolvimento Internacional (COBRADI). *Conjuntura Austral*, v. 6, n. 27-28, p. 76-92, 2015. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/49938>. Acesso em: 13 nov.2020.

AZEVEDO, M. L. N. The Bologna Process and higher education in Mercosur: regionalization or Europeanization? *International Journal of Lifelong Education*, v. 33, n. 3, p. 411–427, 2014.

BRINGEL, B. COVID-19 e o novo caos. *Democracia Aberta*, 2020. Disponível em: <https://www.opendemocracy.net/pt/democraciaabierta-pt/covid-19-e-o-novo-caos-global/>. Acesso em 05 dez. 2020.

CABRAL NETO, A.; CASTRO, A. A. O ensino superior: a mobilidade estudantil como estratégia de internacionalização na América Latina. *Revista Lusófona de Educação*, n. 21, 2012.

CAPES. **Programa disponibiliza R\$ 300 milhões para apoio a projetos de internacionalização**. 2017. Disponível em: <[https://capes.gov.br/sala-de-](https://capes.gov.br/sala-de)

imprensa/noticias/8630-programa-disponibiliza-r-300-milhoes-para-apoio-a-projetos-de-internacionalizacao>. Acesso em 19 nov. 2020.

CHAUÍ, M. A Universidade Pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 24, p. 5-15, set./dez. 2003.

DENHARDT, R. B.; DENHARDT, J. V. The new public service: serving rather steering. **Public Administration Review**, USA, v. 60, n. 6, p. 549-559, nov. dez. 2000.

DE WIT, H.; LEAL, F.; UNANGST, L. Internationalization aimed at global social justice: Brazilian university initiatives to integrate refugees and displaced populations. **ETD: Educação Temática Digital**, v. 22, p. 567-590, 2020.

DE WIT, H. et al. **Internationalisation of higher education**. 1. ed. European Union, 2015.

DIAS, M. A. R. **Educação superior como bem público: perspectivas para o centenário da Reforma de Córdoba**. 1. ed. Montevideu: AUGM, 2017.

FRANCO, M. E. D. P. MOROSINI, M. C. **Gestão Democrática e Autonomia Universitária: Educação Superior no Brasil e o Mercosul**. Série Documental – Textos para Discussão, Brasília, INEP, v. 20, p. 29-54, 2005.

HASKINS, C. H. A ascensão das universidades. **Santa Catarina: Livraria Danúbio**, 2015.

HOCHGERNER, J. New Combinations of Social Practices in the Knowledge Society. In: FRANZ; HOCHGERNER; HOWALDT (Eds). **Challenge Social Innovation - Potentials for Business, Social Entrepreneurship, Welfare and Civil Society**. Berlim: Springer, 2012.

HUDZIK, J. K. **Comprehensive internationalization: from concept to action**. 1. ed. Washington, DC: NAFSA, 2011.

KNIGHT, J.; DE WIT, H. Internationalization of higher education: Where have we come from and where are we going? In: PROCTOR, D.; RUMBLEY, L. (Eds.). **The future agenda for internationalization in higher education: Next generation perspectives into research, policy, and practice**. 1. ed. New York and London: Routledge, 2018.

KNOBEL, M.; LIMA, M. C.; LEAL, F.; PROLO, I. Desenvolvimentos da Internacionalização da Educação Superior no Brasil: da Mobilidade Acadêmica Internacional à Institucionalização do Processo na Universidade. **ETD: Educação Temática Digital**, v. 22, p. 672-693, 2020.

LASSWELL, H.; LERNER, D. (orgs.). **The Policy Sciences: Recent Developments in Scope and Method**. Standford, CA: Standford University Press, 1951.

LEAL, F. **Bases epistemológicas dos discursos dominantes de “internacionalização da educação superior” no Brasil**. Doutorado (Programa de Pós-graduação em Administração). Florianópolis: Universidade do Estado de Santa Catarina, 2020.

\_\_\_\_\_. Para Além do Discurso Dominante Sobre Internacionalização da Educação Superior: Entrevista com Dr.a Chrystal George Mwangi, Professora Associada da Faculdade de

Educação da Universidade de Massachusetts Amherst. **Revista Internacional de Educação Superior (RIESUP)**, v. 7, p. 1-14, 2021.

LIMA, M. C. MARANHÃO, C. M. S. A. O Sistema De Educação Superior Mundial: Entre A Internacionalização Ativa e Passiva. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 14, n. 3, p. 583-610, nov. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/aval/v14n3/a04v14n3>. Acesso em: 13 nov. 2020.

MOROSINI, M. C. Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior Conceitos e práticas. **Educar em revista**, n. 28, p. 107-124, 2006.

PAIVA, F. M.; BRITO, S. H. A. O papel da avaliação CAPES no processo de internacionalização da pós-graduação em educação no Brasil (2010-2016). **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 24, n. 2, p. 493–512, 2019.

PESSONI, R. Internacionalização do ensino superior. **International Studies on Law and Education**. CEMOrOc-Feusp / IJI-Univ. do Porto., p. 93-110, 28 jan-abr 2018. Disponível em: <http://www.hottopos.com/isle28/93-110Rose.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2020.

PUIATI, L. L.. SANDRI, V. Políticas de formação de professores em periódicos acadêmico-científicos da área da educação. **Edital CAPES/ INEP/ SECAD n.001/ 2008**. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/simposio26/1comunicacoes/LidianePuiati-ComunicacaoOral-int.pdf>. Acessado no dia 13 nov. 2020.

RODRIGUES, M. M. Assumpção. **Políticas Públicas**. São Paulo: Publifolha (Coleção “Folha Explica”), 2010. ISBN 978-85-7914-153-9.

RUBIÃO, A. **História da universidade: genealogia para um “modelo participativo”**. 1. ed. Coimbra, Portugal: Centro de Estudos Sociais, Universidade de Coimbra, 2013.

SANTOS, L.; LEAL, F.; BÚRIGO, C. Dilemas morais e decisões éticas em tempos de pandemia da Covid-19: Desafios da área de desenvolvimento e gestão de pessoas de uma universidade pública brasileira. **XLV Encontro da ANPAD - EnANPAD 2021**. 2021.

SOUSA SANTOS, B. DE. **A Universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade**. 3. ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

\_\_\_\_\_. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Almedina, 2020.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. Rio de Janeiro: Record, v. 174, 2006.

SGUISSARDI, V. Rumo à universidade mundial – E a universidade será feita à sua imagem e semelhança. **Série Documental – Textos para Discussão**, Brasília, INEP, v. 10, n. 20, p. 7-28, 2005.

STALLIVIERI, L. Compreendendo a internacionalização da educação superior. **Revista de Educação do Cogeime**, v. 26, n. 50, p. 15-36, 2017.

\_\_\_\_\_. International virtual education needs greater support. **University World News**, 2020. Disponível em:

<<https://ejournals.bc.edu/ojs/index.php/ihe/article/viewFile/7391/6588>>. Acesso em: 20 dez. 2020.

THIENGO, L. C. **Universidades de classe mundial e o consenso pela excelência: Tendências globais e locais.** Tese (Doutorado em Educação). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. 2018.

UNESCO, Setor de Educação da Representação da UNESCO no Brasil. **Educação: Um tesouro a descobrir. Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI.** Trad.: Guilherme João de Freitas Teixeira. Brasília, 2010.